

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Atendendo às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Desempenho nos Negócios (Em milhares de Reais)

• **Resultados**
 Em 31 de dezembro de 2015, o Banco apresentou lucro no exercício de R\$ 118.428, contra um lucro de R\$ 38.726 apresentado no exercício de 2014.

O crescimento no resultado operacional é decorrente do aumento das atividades de produtos e serviços oferecidos pelo Banco, em especial produtos de câmbio e derivativos.

Ativos e Passivos

O total de ativos atingiu R\$ 13.627.452 (2014 - R\$ 13.082.522) e é representado principalmente por:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.306.723	2.924.137
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.827.348	2.116.872
Operações de crédito	809.645	860.688
Outros créditos	3.544.195	6.613.714

• Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante no final do exercício foi de R\$ 1.307.181 (2014 - R\$ 1.194.603) composto da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2015	31/12/2014
Capital social	853.071	853.071
Reservas de capital	5.103	5.103
Reservas de lucros	452.544	340.826
Ajustes de avaliação patrimonial	517	(356)
Ações em tesouraria	(4.054)	(4.041)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em milhares de Reais)

Ativo	2015	2014
Circulante	11.001.621	12.214.599
Disponibilidades	14.404	430.073
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.306.723	2.924.137
Aplicações em operações compromissadas	5.074.107	2.863.167
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3.023	37.805
Aplicações em moedas estrangeiras	229.593	20.484
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	3.827.348	2.116.872
Carteira própria	261.289	599.535
Vinculados à prestação de garantias	1.336.500	1.153.652
Instrumentos financeiros derivativos	90.845	35.776
Relações interfinanceiras	57.539	75.169
Créditos vinculados:		
Depósitos no Banco Central	57.049	74.814
Correspondentes	490	355
Operações de crédito	711.878	635.328
Operações de crédito:		
Sector privado	737.102	662.498
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(25.224)	(27.173)
Outros créditos	3.218.484	6.360.749
Carteira de câmbio	2.892.685	6.326.432
Rendas a receber	954	1.122
Negociação e intermediação de valores	330.960	34.798
Diversos	190	1.919
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.305)	(3.521)
Outros valores e bens	3.959	2.864
Despesas antecipadas	3.959	2.864
Não circulante	2.563.282	809.203
Aplicações interfinanceiras de liquidez	—	2.681
Aplicações em depósitos interfinanceiros	—	2.681
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	2.138.714	327.909
Carteira própria	532.554	14.810
Vinculados a operações compromissadas	31.077	—
Vinculados à prestação de garantias	1.413.448	291.939
Instrumentos financeiros derivativos	101.635	21.160
Operações de crédito	97.767	225.363
Operações de crédito:		
Sector privado	99.311	226.118
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.544)	(755)
Outros créditos	325.711	252.965
Devedores por depósito em garantia	204.544	187.327
Diversos	121.167	65.638
Outros valores e bens	1.090	285
Despesas antecipadas	1.090	285
Permanente	62.549	58.720
Investimentos	1	1
Outros investimentos	196	196
Provisão para perdas	(195)	(195)
Imobilizado de uso	50.952	44.303
Imóveis de uso	31.135	30.362
Outras imobilizações de uso	45.752	34.625
Depreciações acumuladas	(25.935)	(20.684)
Ativo Intangível	11.593	14.392
Ativos intangíveis	31.606	29.167
Amortização acumulada	(20.013)	(14.775)
Diferido	3	24
Gastos de organização e expansão	5.624	5.624
Amortização acumulada	(5.621)	(5.600)
Total do ativo	13.627.452	13.082.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Agência de Rating

A agência internacional Standard & Poor's atribuiu ao banco os ratings de contraparte de longo e curto prazo "BR/AA-/brA-1" na Escala Nacional Brasil.

Gerenciamento de Risco

A descrição da estrutura relacionada ao gerenciamento de riscos encontra-se disponível em nossa página, na rede mundial de computadores (*Internet*) no site: www.br.bk.muftg.jp.

• Risco de Crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721 de 30 de abril de 2009 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito, sendo o Departamento *Risk Management* - Grupo *Credit Risk Control* o responsável pelo monitoramento e controle dos riscos de crédito bem como o cumprimento à política de crédito.

• Risco de Mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado, sendo o Departamento de *Risk Management* - Grupo *Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado assumidos pelo Banco.

• Risco de Liquidez

Em atendimento à Resolução nº 4.090 de 24 de maio de 2012 do Conselho Monetário Nacional, o Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A possui implementada a Estrutura de Gerenciamento de Risco de Liquidez, sendo o Departamento de *Risk Management* - Grupo *Market Risk Control* a área responsável pela identificação, mensuração, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de liquidez assumidos pelo Banco.

• Risco Operacional

Em atendimento à Resolução nº 3.380 de 29 de junho de 2006 do Conselho Monetário Nacional, o

Passivo	2015	2014
Circulante	8.711.105	10.440.051
Depósitos	2.251.677	1.460.497
Depósitos à vista	141.504	143.748
Depósitos a prazo	2.110.173	1.316.749
Obrigações por operações compromissadas	31.015	238.530
Carteira própria	31.015	—
Carteira de terceiros	—	238.530
Relações interfinanceiras	1	2
Recebimentos e pagamentos a liquidar	1	2
Relações interdependências	87.971	28.756
Recursos em trânsito de terceiros	87.971	28.756
Obrigações por empréstimos	2.836.931	2.545.456
Empréstimos no exterior	2.836.931	2.545.456
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	47.398	115.444
BNDES	9.753	625
Finame	22.003	94.718
Outras instituições oficiais	15.642	20.101
Obrigações por repasses do exterior	174.061	117.580
Repasses do exterior	174.061	117.580
Instrumentos financeiros derivativos	972.208	100.285
Instrumentos financeiros derivativos	972.208	100.285
Outras obrigações	2.309.843	5.833.501
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	1.165	1.409
Carteira de câmbio	2.008.780	5.537.599
Sociais e estatutárias	4.785	975
Fiscais e previdenciárias	187.768	95.565
Negociação e intermediação de valores	24.380	140.933
Provisão para passivos contingentes	32.659	28.443
Diversos	50.306	28.577
Passivo não circulante	3.608.129	1.447.184
Recursos de aceites e emissão de títulos	33.201	—
Obrigações por emissão de letras financeiras	33.201	—
Obrigações por empréstimos	1.408.153	683.696
Empréstimos no exterior	1.408.153	683.696
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	114.055	97.156
BNDES	59.378	59.319
Finame	20.108	38.243
Outras instituições oficiais	34.579	—
Obrigações por repasses do exterior	2.705	72.319
Repasses do exterior	2.705	72.319
Instrumentos financeiros derivativos	1.942.090	495.315
Instrumentos financeiros derivativos	1.942.090	495.315
Outras obrigações	107.915	98.698
Fiscais e previdenciárias	107.915	98.698
Resultado de exercícios futuros	1.037	684
Patrimônio líquido	1.307.181	1.194.603
Capital social	853.071	853.071
De domiciliados no país	4.445	4.445
De domiciliados no exterior	848.626	848.626
Reservas de capital	5.103	5.103
Reservas de lucros	452.544	340.826
Ajustes de avaliação patrimonial	517	(356)
Ações em tesouraria	(4.054)	(4.041)
Total do passivo e patrimônio líquido	13.627.452	13.082.522

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital		Reservas de lucro		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total
		subscrição de ações	Outras reservas de capital	Legal	Estatutária				
Saldos em 31 de dezembro de 2013	853.071	4.947	156	23.133	281.144	—	—	—	1.158.421
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	(232)	—	—	(232)
Aquisição de ações de própria emissão	—	—	—	—	—	—	—	(135)	(135)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	—	—	—	—	18	—	—	—	18
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	38.726	—	38.726
Destinação do lucro:									
Reserva legal	—	—	—	1.936	—	—	(1.936)	—	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	(2.195)	—	(2.195)
Transferência para reserva estatutária	—	—	—	—	34.595	—	(34.595)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2014	853.071	4.947	156	25.069	315.757	(356)	—	(4.041)	1.194.603
Mutações do exercício	—	—	—	1.936	34.613	(232)	—	(135)	36.182
Saldos em 31 de dezembro de 2015	853.071	4.947	156	25.069	315.757	(356)	—	(4.041)	1.194.603
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	873	—	—	873
Aquisição de ações de própria emissão	—	—	—	—	—	—	—	(13)	(13)
Reversão de dividendos propostos de anos anteriores	—	—	—	—	2	—	—	—	2
Lucro líquido do exercício	—	—	—	—	—	—	118.428	—	118.428
Destinação do lucro:									
Reserva legal	—	—	—	5.921	—	—	(5.921)	—	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	(6.712)	—	(6.712)
Transferência para reserva estatutária	—	—	—	—	105.795	—	(105.795)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2015	853.071	4.947	156	30.990	421.554	517	—	(4.054)	1.307.181
Mutações do exercício	—	—	—	5.921	105.797	873	—	(13)	112.578
Saldos em 30 de junho de 2015	853.071	4.947	156	26.784	346.411	(530)	—	(4,054)	1.226.785
Ajuste de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	1.047	—	—	1.047
Lucro líquido do semestre	—	—	—	—	—	—	84.116	—	84.116
Destinação do lucro:									
Reserva legal	—	—	—	4.206	—	—	(4,206)	—	—
Dividendos	—	—	—	—	—	—	(4,767)	—	(4,767)
Transferência para reserva estatutária	—	—	—	—	75.143	—	(75,143)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2015	853.071	4.947	156	30.990	421.554	517	—	(4,054)	1.307.181
Mutações do semestre	—	—	—	4,206	75,143	1,047	—	—	80,396

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

O Banco desenvolve as atividades permitidas às instituições bancárias e opera como instituição financeira múltipla com: Carteira Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento e Carteira de Câmbio.

2 Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando aplicável. As demonstrações financeiras estão em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), foram concluídas em 21/01/2016 e aprovadas para divulgação em 08/03/2016.

3 Principais práticas contábeis

Resumo das principais práticas contábeis: **a. Apuração de resultado:** A apuração de resultado é reconhecida para fins contábeis pelo regime de competência. **b. Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda diferido ativo, provisão para contingências, provisão para obrigação atuarial e valorização de instrumentos financeiros derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Essas estimativas são revistas pelo menos anualmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados. **c. Ativos e passivos, circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os demais ativos e passivos são considerados como não circulante. **d. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** As carteiras de títulos e valores mobiliários e os instrumentos financeiros derivativos estão demonstrados pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis: **• Títulos e valores mobiliários:** • Títulos para negociação, • Títulos disponíveis para venda; e **• Títulos mantidos até**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

As operações renegociadas são compostas basicamente por renovação nas operações de Capital de Giro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, não houve baixas para prejuízo e recuperações de créditos baixados como prejuízo. A provisão constituída pelo Banco é maior que a provisão mínima requerida pelo BACEN, devido ao critério de provisão determinado pela Matriz (The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd), aplicado pelo Banco, que reflete a perspectiva de perda da Administração. **d. Concentração dos maiores devedores:**

	2015		2014	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
Maiores clientes	157.990	10	269	231.771
10 seguintes maiores clientes	865.497	52	4.911	745.863
Demais clientes	637.679	38	27.893	703.673
Total	1.661.166	100	33.073	1.681.307

e. Movimentação da provisão: A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi a seguinte durante o semestre/exercício:

	2º Semestre 2015		Exercício 2014	
	Saldo inicial	Saldo final	Saldo inicial	Saldo final
Saldo inicial	37.308	31.449	14.664	14.664
Constituição de provisão	37.878	5.778	29.677	29.528
Reversão de provisão	(10.113)	(28.053)	(12.743)	(12.743)
Saldo final	33.073	33.073	31.449	31.449
% da provisão sobre a carteira de créditos	1,99	1,99	1,87	1,87

8 Outros créditos - Diversos

	2015	2014
Adiantamentos e antecipações salariais	183	122
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (Nota Explicativa nº 20)	64.309	39.645
Créditos tributários sobre MTM títulos disponíveis para venda	9.796	237
Impostos e contribuições a compensar	46.930	27.490
Devedores diversos - país	6	26
Devedores diversos - exterior	132	34
Outros	1	2
Total	121.357	67.556

9 Ativo permanente
a. Imobilizado de uso:

	2015		2014	
	Taxa de depreciação ao ano (%)	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terranos	1,416	1.416	1.416	1.416
Educação	29,719	28.945	14.667	14.278
Instalações, móveis e equipamentos em uso	7,385	7.364	2.594	4.770
Sistema de processamento dados	13,272	12.034	5.889	6.145
Sistema de transporte	8,711	1.075	750	325
Sistema de segurança	3,281	3.282	1.029	2.253
Sistema de comunicação	10,247	1.239	1.006	233
Imobilizações em curso (*)	6,696	9.632	-	9.632
Total	76,887	64.987	25.935	39.052

(*) Refere-se basicamente a gastos com projetos de implementação de sistemas.

b. Ativos intangíveis:

	2015		2014	
	Taxa de amortização ao ano (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Gastos com aquisições e desenvolvimentos de logotipos (*)	20	31.606	29.167	2.439
(*) Implantação de novos sistemas		31.606	29.167	2.439

c. Diferido:

	2015		2014	
	Taxa de amortização ao ano (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Gastos com aquisições e desenvolvimentos de logotipos	20	4.589	4.589	-
Instalação e adaptação de dependências	20	1.035	1.035	-
Total	5,624	5.624	5.624	-

10 Transações com partes relacionadas

Para o Banco, partes relacionadas são definidas como sendo o The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ (controlador) e dependências, acionistas, empresas a eles ligadas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares.

	2015		2014	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	1.143	-	48	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	4.413	-	7.828	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	7.778	-	420.642	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Hong Kong	204	-	133	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Mexico	87	-	69	-
- variação cambial	-	30.580	-	(43.560)
Aplicações interfinanceiras de liquidez em M/E	229.593	23.083	20.484	2.704
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	229.593	23.083	20.484	2.704
- juros	-	76	-	26
- variação cambial	-	23.007	-	2.678
Operações de swap	2.229	(20.026)	4.185	(9.544)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	2.229	(20.026)	4.185	(9.544)
- rendas de operações com derivativos	-	11.749	-	15.473
- despesas de operações com derivativos	-	(31.775)	-	(25.017)
Depósito à vista	(3.963)	-	(3.692)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(3.963)	-	(3.692)	-
Obrigações por empréstimos e repasses	(4.030.227)	(1.459.495)	(3.419.051)	(233.177)
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(4.030.027)	(1.459.495)	(3.419.051)	(233.177)
- juros	-	(31.531)	-	(1.468)
- variação cambial	-	(1.427.964)	-	(233.031)
Dividendos a pagar	(4.752)	-	(961)	-
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Tokyo	(4.752)	-	(961)	-
Outras Obrigações - Prestação de serviços (*)	(16.097)	3.951	(5.168)	19.926
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - New York	(16.093)	3.403	(5.168)	19.380
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - Leasing and Finance	-	595	-	397
The Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - London	(4)	(47)	-	(65)
(*) Recebimentos e Pagamentos	-	-	-	204

a. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Assembleia Geral Extraordinária dos acionistas realizada em 14 de setembro de 2015 foi estabelecido os honorários anuais globais da Diretoria tendo por limite o valor máximo de R\$ 18.366 a serem distribuídos entre os Diretores.

	Exercício 2015		Exercício 2014	
	2º semestre	2015	2014	2014
Remuneração fixa	3.386	5.994	5.150	-
Remuneração variável	1.366	3.976	2.914	-
Total	4.752	9.970	8.064	-

O pagamento de remuneração variável aos administradores está de acordo com a Resolução CMN nº 3.921, de 25/11/2010, sendo então diferido no período de, no mínimo três meses, e estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador. A quantidade de ações mantidas pela Diretoria é de 10.618 ações (2014 - 10.618), que representam 0,000243742% da totalidade. O Banco não possui beneficiários pós-emprego e nem de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave da Administração. **b. Outras informações:** Conforme legislação em vigor, o Banco não pode conceder empréstimos ou adiantamentos para: * Diretores bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; * Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; * Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%; o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau e

* Acionista controlador do Banco. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a quaisquer entes e pessoas acima listadas. Nota: O Banco não possui Conselhos Administrativos, Fiscais e semelhantes.

11 Depósitos

	2015				
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos
À vista	141.504	-	-	-	141.504
A prazo (*)	-	690.783	415.095	991.944	12.351
Total	141.504	690.783	415.095	991.944	12.351

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido suas características de liquidez.

12 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses referem-se a captações em moeda estrangeira e são atualizadas pela variação cambial acrescidas de "spread"

	2015		2014	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos
À vista	143.748	-	-	-
A prazo (*)	-	278.307	504.237	520.629
Total	143.748	278.307	504.237	520.629

(*) São classificados no Balanço Patrimonial no Passivo Circulante devido suas características de liquidez.

13 Carteira de câmbio
a. Outros créditos - Ativo:

Descrição	2015		2014	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Câmbio comprado a liquidar	1.917.394	3.663.697	1.917.394	3.663.697
Direitos sobre venda de câmbio	989.660	2.681.348	989.660	2.681.348
Adiantamento em moeda nacional recebidos	(17.580)	(20.908)	(17.580)	(20.908)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	3.211	2.295	3.211	2.295
Total	2.892.685	6.326.432	2.892.685	6.326.432

b. Outras obrigações - Passivo:

	2015		2014	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Câmbio vendido a liquidar	1.048.771	2.751.604	1.048.771	2.751.604
Obrigações por compras de câmbio	1.781.524	3.576.391	1.781.524	3.576.391
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	(821.978)	(790.428)	(821.978)	(790.428)
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	435	32	435	32
Valores em moedas estrangeiras a pagar	28	-	28	-
Total	2.008.780	5.537.599	2.008.780	5.537.599

14 Fiscais e previdenciárias

Descrição	2015		2014	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Provisão de IR e CSLL	137.399	45.632	137.399	45.632
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	183	291	183	291
Impostos e contribuições sobre salários	2.907	3.151	2.907	3.151
Outros impostos (Federais)	12.164	1.152	12.164	1.152
Outros impostos (Municipais)	5.307	6.702	4.041	7.988
Provisão de IR diferido (Nota Explicativa nº 20)	34.897	45.213	34.897	45.213
Provisão para riscos fiscais (Nota Explicativa nº 15)	107.915	98.698	107.915	98.698
Total	295.883	194.263	295.883	194.263

15 Ativos e passivos relacionados a contingências cíveis, trabalhistas e fiscais

As provisões para passivos contingentes e fiscais são reconhecidas nas demonstrações financeiras na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias" quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, independentemente de existirem depósitos judiciais. As obrigações legais decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, tem os seus montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras. Os depósitos judiciais estão registrados em "Outros Créditos - Devedores por Depósitos em Garantia". Não temos ativos contingentes a ser reconhecidos na data-base.

Descrição	2015		2014	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Cíveis	13.249	5.213	22	18.440
Trabalhistas	9.887	11.416	15.052	6.251
Outros passivos (v)	26.443	23.331	19.115	32.659
Total	49.579	38.040	56.387	57.194

Federal 97.880 14.588 5.852 106.616 173.453
 IR/CSLL (I) 38.975 2.285 - 41.260 107.325
 COFINS (II) 58.471 12.281 5.852 64.900 64.900
 Outros 434 22 - 456 128
 Municipal 98.698 15.211 5.994 107.915 202.588
Total Geral 127.141 38.542 25.109 140.574 204.544

Descrição	2014		
	Saldo inicial	Adição / reversão	Saldo final
Cíveis	11.374	1.878	13.249
Trabalhistas	7.088	469	7.557
Outros passivos (v)	6.338	9.188	15.526
Total	24.799	11.535	36.334

Federal 86.143 11.737 - 97.880 158.347
 IR/CSLL (I) 37.199 1.776 - 38.975 100.928
 COFINS (II) 48.527 9.944 - 58.471 50.263
 Outros 417 17 - 434 115
 Municipal 785 33 - 818 26.898
 Total 98.928 11.770 - 98.698 185.245
Total Geral 109.028 23.305 5.192 127.141 187.327

(I) Refere-se, principalmente, a obrigação legal relativa à cobrança de IRPJ e CSLL, decorrente das rendas a apropriar de operações de crédito em liquidação de exercícios anteriores. O Banco aderiu ao programa instituído pela Lei 11.941/09 (Programa REFIS) desistindo da discussão judicial. Todavia essa discussão ainda não foi transitada em julgado, portanto, não houve impacto contábil. (II) Refere-se a obrigação legal relativa ao tributo de COFINS onde o Banco discute a Lei 9.718/98. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos o risco de perda para tal processo é possível. (III) A provisão para passivos contingentes está registrada na conta Outras obrigações - Provisão para passivos contingentes. (IV) O saldo de depósitos judiciais inclui os depósitos para riscos avaliados como possível ou remoto de perda. (V) Refere-se a provisão para risco de perdas com ativos e fianças baseados em critérios consistentes aos estabelecidos na Resolução CMN nº 2.682/99, vide Nota Explicativa nº 23; e ao passivo referente ao plano de previdência complementar, vide Nota Explicativa nº 22. Existem outros processos de natureza cível, fiscais e trabalhistas avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 38.782 (2014 - R\$ 16.186) para os quais nenhuma provisão foi constituída tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

16 Outras obrigações - Diversas

Descrição	2015		2014	
	Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Provisão para pagamentos a efetuar - despesas de pessoal	24.152	19.446	16.722	5.567
Provisão para pagamentos a efetuar - prestação de serviços a ligadas	1.393	1.873	1.393	1.873
Passivos atuariais	5.160	-	5.160	-
Credeiros diversos País	2.879	1.691	2.879	1.691
Total	50.306	28.577	50.306	28.577

17 Patrimônio líquido

O capital social é representado por 4.356.234.893 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo 13.599.844 de ações de acionistas residentes no país, 24.714.392 ações em tesouraria e 4.317.920.657 ações de residentes no exterior. O estatuto social prevê a distribuição de um dividendo mínimo de 6% do lucro líquido, calculados sobre o total de ações em circulação, descontado o percentual de ações em tesouraria. Para este exercício foi destacado o montante de R\$ 6.712 (2014 - R\$ 2.195). Caso o acionista não resgatar o dividendo no prazo de 3 anos a partir da data de distribuição, o valor é revertido para o Patrimônio Líquido. As reservas de capital são compostas pela reserva de ágio por subscrição de ações e a reserva de ágio na alienação de ações em tesouraria. A reserva legal é constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social. A reserva estatutária corresponde à transferência dos recursos contabilizados na conta de lucros acumulados, para formação de Capital de Giro e Manutenção de Margem Operacional conforme previsto no Estatuto.

18 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco possui como política a minimização de riscos de mercado resultantes de suas operações através da utilização de instrumentos derivativos. A administração dos riscos de mercado é efetuada por área independente, que se utiliza de práticas que incluem a medição e o acompanhamento da utilização de limites previamente definidos em comitês internos, do valor em risco das carteiras, das sensibilidade a oscilações na taxa de juros, da exposição cambial, dos "gaps" de liquidez, dentre outras práticas que permitem o acompanhamento dos riscos de oscilações nos

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

e. Composição outras receitas operacionais:

	Exercício		
	2º semestre	2015	2014
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	5.340	15.348	6.885
Recuperação de encargos e despesas	587	1.141	886
Reversão de provisões operacionais	5.191	5.247	1.545
Atualização monetária de imposto e contribuição a compensar	1	2	19
Outras rendas operacionais	48	69	355
Total	11.167	21.807	9.690

f. Composição outras despesas operacionais:

	Exercício		
	2º semestre	2015	2014
Provisão para passivos trabalhistas	-	6.694	288
Provisão para riscos fiscais	4.983	15.144	11.793
Provisão para passivos contingentes	6.118	7.058	2.967
Provisão para passivo atuarial	-	6.502	5.336
Outras despesas operacionais	157	202	305
Total	11.258	35.600	20.689

g. Composição receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias:

Essa rubrica é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Banco no semestre/exercício, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	Exercício		
	2º semestre	2015	2014
Receitas de comissões e prestação de serviços	7.457	20.804	31.748
Garantias prestadas	1.773	3.129	2.169
Rendas de outros serviços	270	702	322
Taxa de administração	165	394	1.148
Cobrança	108	230	189
Tarifas bancárias	640	1.222	926
Total	10.413	26.481	36.502

h. Medida Provisória nº 627: Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que converteu a Medida Provisória nº 627. Essa Lei altera a Legislação Tributária Federal relativa ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, a Contribuição para PIS/PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS. Destacamos os principais assuntos que a Lei nº 12.973/14 dispõe:

- A revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- A tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação

 em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

- O parcelamento especial de Contribuição para o PIS/PASEP e para o COFINS. A referida Lei ainda será regulamentada, entretanto, em nossa avaliação, não haverá impactos futuros relevantes em nossas demonstrações contábeis.

Medida Provisória 675/15: A Medida Provisória nº 675 (MP 675/15), foi convertida na Lei nº 13.169, publicada em 07 de outubro de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL dos setores financeiro e segurador de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015.

24 Eventos subsequentes

Com base na Resolução CMN nº 4.424/15, o Banco está avaliando o impacto da aplicação do CPC 33 - Benefício a empregados, entretanto a estimativa é de que não tenha impacto significativo.

25 Convergência às normas internacionais de contabilidade

 Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovados pelo CMN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1) e
- Resolução nº 4.424/15 - Benefícios a Empregados (CPC 33 R1).

A DIRETORIA
CONTADOR: Antonio A. Hagihara - CRC 1SP187521/O-5
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

 Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A, zelar pela qualidade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da auditoria independente e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. No decorrer do período foram realizadas reuniões de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos como principais, os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das demonstrações financeiras do 2º semestre de 2015;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;
- Avaliação do cumprimento das recomendações

 feitas pelos Auditores Independentes e Internos; e

- Acompanhamento da gestão de riscos e assuntos de compliance. O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, concluiu que os trabalhos desenvolvidos são eficazes e conferem transparência e qualidade às demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A.

São Paulo, 08 de março de 2016

Comitê de Auditoria
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

 Aos
 Acionistas e à Administração do
Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A
 São Paulo-SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas

demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco de Tokyo-Mitsubishi UFJ Brasil S/A em 31 de Dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 8 de Março de 2016


KPMG Auditores Independentes
 CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
 Contador CRC 1SP252418/O-3